

# SOB ATAQUE, ESQUERDA SE VÊ NA ENCRUZILHADA E PROCURA RESISTIR

João Peres  
Jornalista

Daniel Garcia



Jorge Souto Maior, Osvaldo Coggiola, Armando Boito, Fêlpe Corrêa Pedro e Ricardo Musse em mesa de 25/5

*“A crise do capitalismo é muito grave e exige uma política de ajuste que tem que ser pior e muito mais violenta que a que Dilma estava disposta a levar adiante. Esse é o ponto. Por isso a derrubaram”, resume o professor Osvaldo Coggiola, da FFLCH. Partidos de esquerda, movimentos e intelectuais encontram-se novamente diante de difíceis decisões sobre os rumos a tomar. Novos erros podem custar décadas de mobilização e debate. “A dimensão do nosso desafio é muito mais do que o problema do déficit. Estamos sendo atacados em toda a América Latina”, avisa Ladislaw Dowbor, da PUC-SP*

Capitalismo e democracia nunca foram grandes parceiros. O século 21, porém, assiste ao degradingar dessa relação, e agora há quem veja na morte do outro o melhor caminho para seguir existindo. O problema, para os adeptos de valores democráticos, é que o capital tem a faca. E já encontrou o pescoço. Assim, neste fim de pacto de coexistência, chegamos ao Brasil do *impeachment*. O melhor Congresso que o dinheiro já conseguiu comprar conduz a pior agenda que a população poderia querer. E, agora, tem um parceiro à altura no Executivo, para onde migraram provisoriamente algumas de suas cabeças.

“A crise do capitalismo é muito grave e exige uma política de ajuste que tem que ser muito pior e muito mais violenta que a que Dilma estava disposta a levar adiante. Esse é o ponto. Por isso a derrubaram”, sintetiza Osvaldo Coggiola, professor titular de História Contemporânea da Faculdade de Filosofia, História e Ciências Humanas (FFLCH-USP). Muitos dos participantes do seminário “Caminhos da esquerda diante do golpe”, realizado no final de maio, coincidem na avaliação de que as elites financeiras já estavam decididas a agir para encerrar o ciclo de governos petistas.

Faltava, porém, encontrar uma via de ataque. Uma via que ficou aberta pelos erros políticos do próprio PT. Primeiro, uma década atrás, ao eleger o PMDB como aliado prioritário, decisão tomada para recompor a base aliada após o caso cunhado pela mídia como “Mensalão”. Depois, pela crença de que a conciliação de classes no sistema de

ganha-ganha seria um modo inegociável de governar, sem necessidade de promover mudanças estruturais que removessem privilégios. E, por fim, pela forte guinada de Dilma à direita após as eleições de 2014, ao abandonar o programa pelo qual se elegeu, reduzir benefícios sociais como seguro-desemprego e pensões e implantar o “ajuste fiscal” preconizado pelo PSDB de Aécio Neves e FHC.

“O PT plantou e as igrejas pentecostais colheram”, critica Armando Boito, professor titular de Ciência Política da Unicamp, ao comentar o abandono do trabalho de base que fora um traço fundamental do partido no começo de sua existência. “O PT propiciou com as políticas neodesenvolvimentistas uma melhoria razoável das condições de vida dos trabalhadores. Não fez nenhuma grande reforma estrutural, isso é sabido, mas propiciou alguma coisa. Na medida em que não organizou essa massa, na medida em que não ocupou politicamente, a narrativa à qual [essas pessoas] aderiram é de que tudo que obtiveram é fruto do trabalho pessoal”. A dificuldade de diálogo com as bases é vista por ele como um dos grandes problemas no processo do *impeachment* em si (**vide entrevista de Boito na p.6**).

Os áudios vazados pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, após o afastamento temporário da presidenta pelo Senado corroboram a ideia de certa demora dos principais quadros petistas em enxergar a situação. Numa das conversas, fica claro que Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente do Senado,

tinha a confiança de Dilma, mesmo que nos bastidores ele já trabalhasse por uma solução que implicaria que ela se afastasse do poder, formal ou informalmente. A presidenta teria confiado a ele a informação de que tentou, sem sucesso, negociar com as famílias Marinho e Frias uma trégua aos ataques nos noticiários do Grupo Globo e da *Folha de S. Paulo*, respectivamente.

As gravações mostram, também, que o desejo do mercado financeiro se casou à perfeição com um segmento de políticos profissionais que de alguma maneira temia os desdobramentos da Operação Lava Jato. Calheiros, o também senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o ex-presidente José Sarney (PMDB-AP) demonstram preocupação com a possibilidade de que a operação atinja a todos. Jucá é o mais explícito ao avaliar que a queda de Dilma é uma necessidade para estancar a “sangria”. Na conversa com Machado ele afirma, ainda, que os líderes do PSDB, Aécio Neves incluído, bem como ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e comandantes militares entraram em acordo para acelerar o *impeachment* na tentativa de tomar o controle das investigações e enterrá-las.

O vazamento, atribuído ao procurador geral da República, Rodrigo Janot, causou a primeira e fulminante baixa do governo interino. Contra sua vontade, Jucá foi exonerado por Temer do cargo de ministro do Planejamento. Em seguida, Janot pediu ao STF as prisões do senador por Roraima, de Calheiros e de Sarney, todas recusadas pelo ministro Teori Zavascki.

Daniel Garcia



Professor Osvaldo Coggiola (FFLCH-USP)

***“Dilma foi traída por quem? Por seus aliados. Porque o PT escolheu os aliados errados”, diz Souto Maior. Para ele, a proteção jurídica aos trabalhadores corre agora o risco de ser totalmente eliminada pelo governo interino***

“Quando Dilma disse que foi traída, foi traída por quem? Por seus aliados. Porque o PT escolheu os aliados errados. Venho dizendo isso há muitos anos. Isso é uma verdade que precisa ser dita”, afirma Jorge Luiz Souto Maior, juiz do Trabalho e professor da Faculdade de Direito (FD-USP). Ele entende que esta deve ser justamente a vertente fundamental

de um novo projeto de esquerda: a busca da verdade. A leitura é de que, nos últimos anos, setores que apoiavam o PT, inclusive intelectuais, se afastaram de determinados valores em prol do pragmatismo eleitoral. “Isso conduz necessariamente a dissimulações da verdade. Isso conduz necessariamente a não dizer toda a verdade, porque dizer toda a verdade pode não atrair votos. Isso deu um certo tranco, uma certa cisão à esquerda nos últimos anos. E favoreceu a ascensão da direita.”

Não por acaso, o *impeachment* se processou em torno de um suposto desejo popular de combater a corrupção, uma ideia calcada em uma ofensiva midiática e partidária que há pelo menos uma década busca apresentar o PT como uma “organização criminoso” e a legenda mais corrupta da história. Após o afastamento de Dilma, porém, Michel Temer não encontrou resistência em nomear ministros e secretários-executivos sob suspeita de toda sorte de desvios. Ele próprio é citado na Lava Jato como

beneficiário de propina. E vários dos nomes de seu gabinete foram escolhidos pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), cuja ficha corrida dispensa apresentações.

Agora, Temer recebe um olhar benevolente da mídia tradicional ao dar início à sua agenda de corte de direitos que inclui, por exemplo, terceirização irrestrita e redução das verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS), que já vinha sofrendo de subfinanciamento. “Um governo que não teve um voto quer aprovar reforma constitucional para acabar com a vinculação das verbas para saúde e educação, mas não para acabar com a vinculação das verbas para juros”, resume Boito.

O rentismo apontado pelo professor da Unicamp é, de fato, uma grande questão. Todas as medidas adotadas por Temer fazem aumentar o banquete do mercado financeiro, que jamais passou fome. As análises coincidem na visão de que o ajuste fiscal exigido por este setor é tão truculento que não será possível fazê-lo em ambiente democrático. Desmontar a Constituição de 1988 passa a ser um imperativo — e, de novo, os interesses financeiros se encontram com os desejos de certos grupos inconformados com a mais mínima mobilidade social. “As elites brasileiras são senhoriais. Não são elites modernas”, critica Leda Paulani, professora da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP). “As elites modernas têm clareza de que a construção de nação, e portanto o sucesso do capitalismo dentro desse espaço, passa pela necessidade de uma mínima homogeneização social”.

A guerra aos direitos trabalhistas pode conseguir algo que nem a ditadura conseguiu, na avaliação de Souto Maior: eliminar totalmente a proteção jurídica. Há duas questões centrais nos planos do governo interino. A primeira, aprovar de uma vez a terceirização irrestrita de atividades-fim. A segunda, fazer com que o negociado se sobreponha ao legislado, ou seja: que o acordo entre patrão e empregado valha mais que as leis existentes. Não é difícil entender que, numa situação de vulnerabilidade social e econômica, com altos índices de desemprego, o trabalhador ou trabalhadora aceite qualquer condição.

***“Não estamos vivendo uma virada para a direita”, diz Coggiola. “Estamos vivendo uma situação de crise em que todas as oportunidades estão abertas. O futuro da esquerda brasileira depende da resposta que dê a essa crise”***

O economista Ladislau Dowbor, professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), entende que estamos assistindo, no plano global, ao momento em que capitalismo e democracia se tornam contraditórios. “A dimensão do nosso desafio é muito mais do que o problema do déficit e coisas do gênero. Estamos sendo atacados em



Renato Simões, Luiz Dulci, Priscila Figueiredo, Artur Scavone e Adriano Diogo

toda a América Latina de maneira muito mais ampla”. O capitalismo financeiro é, na visão dele, a maior força da atualidade, e também a mais vulnerável, porque, ao nada produzir, depende “apenas” de que as pessoas tomem conhecimento de seu potencial nocivo para que entre em colapso. A questão não reside em, simplesmente, colocar freio às oligarquias (Dowbor recusa-se a chamar de “elites” as classes altas brasileiras), mas em promover uma ofensiva contra a desinformação generalizada e em favor de um projeto com bases sólidas.

Coggiola, da FFLCH, aponta também a necessidade de se combater a ideia de que a ascensão da direita na América Latina seria um movimento pendular da História — portanto, inevitável. Para ele, o que está em jogo não é uma simples alternância, mas um movimento forçado que deseja atuar sobre cartas marcadas. “O Brasil foi a maior plataforma mundial de uma administração fictícia do capital financeiro nos últimos anos, com títulos públicos e taxa de juros elevadíssima”.

Desde a década de 1990, a taxa de juros nacional situa-se entre as mais altas do mundo. Parte dos títulos de dívida pública está atrelada à Selic, isto é: quanto mais altos os juros, maiores os ganhos dos investidores. E mais difícil a situação do setor produtivo, que se depara com crédito muito caro e consumo retraído. À exceção de um pequeno intervalo ao final do governo Lula, em 2010, e entre 2012 e 2013, a Selic nunca esteve abaixo de 10% ao ano. No governo Fernando Henrique Cardoso, chegou a 45%, e, no início da gestão do PT, quando se imaginou que seria necessário conquistar o chamado “mercado”, ficou em 26,5%.

“Não estamos vivendo uma virada para a direita”, prossegue Coggiola. “Estamos vivendo uma situação de crise em que todas as oportunidades estão abertas. O futuro da esquerda brasileira depende da resposta que dê a essa crise, e essa resposta tem que estar baseada na experiência política e cultural dos últimos anos e nos problemas que se acumularam durante esses anos”.

Felipe Correa, militante da Coordenação Anarquista Brasileira, entende que a saída passa por uma intensa autocrítica da esquerda, casada a um realinhamento estratégico que retire centralidade da disputa eleitoral para priorizar o crescimento de movimentos populares. “Uma vitória contra o *impeachment* pelo jogo pragmático, que coloque a impressão para os movimentos populares de que o caminho que foi desenvolvido desde os anos 1980 até hoje é o caminho correto, é uma tragédia para qualquer projeto de poder popular que se apoie na esquerda para uma transformação maior”. Ele entende que o exemplo para a esquerda está em mobilizações autônomas surgidas recentemente, caso dos estudantes secundaristas, inicialmente mobilizados em São Paulo e, nos últimos meses, em vários Estados do país.

***“Importante que Dilma volte para liderar a execução de um outro programa. Mas tem que ceder a tudo que querem os partidos conservadores? Não. Porque se for para isso é melhor não governar”, diz o ex-ministro Dulci***

Este é um ponto que ainda divide o debate: a esquerda seguirá com ou sem o PT? Recentemente, o partido aprovou resolução na

qual inicia um processo de autocrítica, afirmando que se deixou contaminar pelo financiamento empresarial de campanha e pelas práticas dos “partidos tradicionais”, numa aliança tática da qual acabou refém e que levou a um fortalecimento da direita. Um equívoco fundamental teria sido, na visão dos líderes petistas, a não realização das reformas política e tributária e da regulamentação dos meios de comunicação.

Em dois artigos, Tarso Genro, ex-ministro (Educação e Justiça) e ex-governador do Rio Grande do Sul, afirmou que o PT precisa admitir a necessidade de um recuo em que permita a formação de uma frente ampla de esquerda na qual seja parte, mas não líder. Na amplitude desta frente residiria a capacidade de resistência imediata e de construção de um novo projeto político de longo prazo que tenha a esquerda como vetor fundamental, e não como partícipe de uma aliança com o centro e a direita.

Já Luiz Dulci, ex-ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República e um dos assessores mais próximos de Lula, entende que a reforma do PT passa por estabelecer diálogo com as pessoas que estão se mobilizando. Ao participar do seminário na FFLCH, ele recordou que os jovens só conhecem o partido que esteve no governo, com as contradições inerentes a este processo, e não têm nenhuma identificação com o modo de atuar dos petistas. “É importante que a Dilma volte para liderar a execução de um outro programa. E adotando uma outra atitude em relação à sociedade. Em relação aos partidos.

Tem que dialogar com o Parlamento? Tem. Mas tem que ceder a tudo que querem os partidos conservadores? Não. Porque se for para isso é melhor não governar”.

Souto Maior, da FD, acredita que não se pode de antemão prever quais forças estarão unidas em um novo cenário, mas descarta o PT como a base deste projeto. Quatro aspectos devem, a seu ver, guiar a reorganização de forças: além do compromisso inarredável com a verdade, a generosidade de não tripudiar sobre os erros alheios e a humildade de reconhecer falhas. “É o otimismo de que podemos fazer críticas concretas sobre a realidade para conseguirmos avançar, para conseguirmos sair de onde estamos para um lugar melhor, e não para voltar onde estávamos”.

Forjar unidade na esquerda não parece uma tarefa fácil, mesmo diante dos piores ataques a seus valores desde o fim da Ditadura Militar. Há uma divisão sobre como agir perante o *impeachment*: buscar revertê-lo, lutar pela realização de novas eleições gerais, deixar de lado a seara eleitoral ou preparar forças para 2018? As muitas possibilidades de atuação e as divergências frente a ela não são exatamente uma novidade para forças progressistas. “Sou contra as eleições gerais”, diz Armando Boito, “porque, se eles desrespeitaram o resultado das eleições de 2014 e nós nos calamos diante disso, não tem sentido ter uma nova eleição. Vamos ter de combinar com eles que dessa vez vão aceitar o resultado? Não é assim. Temos que ganhar agora. Temos que fazer com que engulam o resultado”.